

Magistradas fazem história e enfrentam desafios além da toga

O ingresso da primeira magistrada no Judiciário mineiro, a juíza Raphaela Alves Costa, ocorreu apenas em 1960. Quase trinta anos depois, em 1988, a magistrada Branca Rennó tomava posse como desembargadora do TJMG. Após duas décadas, as mulheres correspondem, hoje, a 33,49% da Justiça no Estado, e continuam fazendo história pela valorização na carreira e enfrentando desafios que vão além da toga.

PÁGINAS 10 A 17



As pioneiras Raphaela Costa e Branca Rennó

Amagis e AMB abrem campanha em defesa da correção dos subsídios e da VTM



Com o objetivo de dar fim à defasagem remuneratória, os presidentes da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezendes e Santos, e da AMB, juíza Renta Gil, reuniram-se, no dia 8 de fevereiro, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em Brasília. Os dirigentes defenderam a correção dos subsídios da Classe e a adoção da Valorização por Tempo de Magistratura (VTM). O desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis e assessor especial da AMB, e o senador Alexandre Silveira participaram do encontro.

Alexandre Silveira, Luiz Carlos, Rodrigo Pacheco, Renata Gil e Nelson Missias

PÁGINA 3



AMAGIS Saúde!

Excesso de atribuições e autocobrança comprometem saúde mental feminina

PÁGINA 28

Associação promove estudo sobre URV e direitos da Classe

PÁGINA 4

Minas terá delegação expressiva em congresso da AMB

PÁGINA 5

Centro de Estudos tem apoio da ENM

PÁGINA 7



Rua Albita, 194
Cruzeiro
Belo Horizonte-MG
CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram (31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

Modernismo é destaque em

parceria
PÁGINA 22

Trajетória das magistradas aperfeiçoa o Judiciário

ROSIMERE DAS GRAÇAS DO COUTO *

A trajetória das magistradas é de construção de nova forma de ver o mundo e o direito, de quem faz a história em meio a outra de valorização e democratização da Magistratura e do Judiciário.

Já foi o tempo em que a condição feminina era de subserviência, o que influenciava todos os setores da vida em sociedade. Tanto é que, em que pese a representação da Justiça ser a figura de uma mulher (deusa Thêmis), de igual modo e controverso, o exercício do direito era relacionado ao juiz homem.

Para lidar com conflitos sociais e distribuir a justiça, as juízas passaram, antes da formação profissional, por lutas históricas contra discriminação sutil e explícita.

As conquistas das mulheres representam evolução do direito, do Judiciário e da sociedade. São avanços que não podem retroceder, ao contrário, precisam ser reafirmados diariamente na busca da igualdade de gênero como expressão da dignidade humana.

A realidade da mulher na sociedade e no Judiciário ainda cobra direitos e simetria. Elas são maioria na sociedade (52%), mas só um terço está na 1ª instância e percentual menor ainda nas instâncias superiores.

Em mais de 200 anos do Judiciário, a primeira mulher a ingressar na 1ª Instância de Minas se deu somente há 62 anos, com o ingresso da juíza Raphaela Alves Costa, e, na 2ª Instância, há 34 anos, com a posse da desembargadora Branca Margarida Pereira Rennó. Onde quer que estejam, elas têm que provar que são competentes o tempo todo.

Por essas razões, é que a nova gestão da Associação inovou com a criação, entre outras, da Coordenadoria da Amagis Mulheres, reconhecendo que precisamos continuar avançando. Daremos nossa contribuição à qual só será efetiva se houver a participação das associadas.

Escrevo esse editorial em nome da nova gestão e de todas as associadas e associados que elegeram essa e outras prioridades a serem buscadas e conquistadas. Venham conosco! A caminhada é longa, mas sem volta, na direção do respeito e do pleno estado de direito para todos e todas.

Nesta edição, evocamos exemplos de pioneiras que nos inspiram a prosseguir na direção da sociedade que sonhamos. Precisamos discutir e eliminar os obstáculos que impedem o acesso igualitário, principalmente nas instâncias superiores.

(*) Vice-presidente Administrativa da Amagis

“São avanços que não podem retroceder, ao contrário, precisam ser reafirmados diariamente pela igualdade de gênero como expressão da dignidade humana”



PRESIDENTE
JUIZ LUIZ CARLOS
REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA
Juíza **Rosimere das Graças do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA
Juíza **Roberta Rocha Fonseca**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Juiz **Jair Francisco dos Santos**

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR
Juiz **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE
SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO
Desembargador **Maurício Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE
APOSENTADOS E PENSIONISTAS
Desembargadora **Heloísa Helena de Ruiz Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA
Juíza **Ivone Campos Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO
Juiz **Evandro Cangussu Melo**

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO
Juíza **Daniela Cunha Pereira**

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo •
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.100 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

DECISÃO

AMAGIS DEFENDE CORREÇÃO DOS SUBSÍDIOS EM REUNIÃO COM O PRESIDENTE DO SENADO .03

AMAGIS ENCOMENDA ESTUDO SOBRE URV .04

AMAGIS MOBILIZA ASSOCIADOS PARA CONGRESSO DA AMB .05

CRIAÇÃO DA ESCOLA DA AMAGIS RECEBE APOIO DA PRESIDÊNCIA DA ENM .07

ASSOCIAÇÃO AMPLIA AÇÃO SOCIAL COM CRIAÇÃO DE NOVA DIRETORIA .08

COORDENADORIA APOIARÁ MAGISTRADOS A ATINGIR METAS DO ECA .09

PIONEIRAS ABRIRAM CAMINHO PARA MAGISTRADAS MINEIRAS .10

MULHERES VIRTUOSAS E INCANSÁVEIS SÃO INSPIRAÇÃO NA JUSTIÇA .11

MAGISTRADAS MINEIRAS ENFRENTAM DESAFIOS RADICAIS NOS ESPORTES .12

POR QUE PRECISAMOS DE UMA AMAGIS MULHERES? .13

MAGISTRADAS COORDENAM PROJETOS DE RESSOCIALIZAÇÃO NO CIA/BH .14

MAGISTRADAS SUPERAM DESAFIOS .15

ESCRITÓRIO DO TJMG É POSTO ESTRATÉGICO DO JUDICIÁRIO MINEIRO EM BRASÍLIA .16

AMAGIS E IHGGM DÃO INÍCIO AOS DEBATES SOBRE O MODERNISMO .22

SAÚDE

DIRETORIA BUSCA INOVAÇÕES EM PARCERIA COM O INSTITUTO ORIZONTI .25

PREVENÇÃO DA SAÚDE FEMININA COMEÇA NA INFÂNCIA E JUVENTUDE .26

Amagis defende correção dos subsídios em reunião com o presidente do Senado

Os presidentes da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e da AMB, juíza Renata Gil, defenderam a atualização dos subsídios da Magistratura em reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, no dia 8 de fevereiro. O encontro foi realizado na residência oficial da Presidência do Senado, em Brasília, e contou com a participação do desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis e assessor especial da AMB, e do senador Alexandre Silveira.

Durante a reunião, o presidente Luiz Carlos reiterou que Amagis tem como prioridade máxima pôr fim à defasagem remuneratória que, por falta de correção dos subsídios nos últimos seis anos, impõe perdas de até 45% à Magistratura. “Isso representa a redução em quase a metade da condição anterior de cada juiz, frente à corrosão inflacionária. Somos remunerados exclusivamente por subsídio, que, por previsão constitucional, deve ser atualizado anualmente”, afirmou.

De acordo com o desembargador Nelson Missias, a reunião com o senador Rodrigo Pacheco foi muito importante para a defesa dos direitos da Classe no Congresso Nacional. “Sob a liderança da presidente Renata Gil e do presidente Luiz Carlos, tivemos reunião muito proveitosa com o presidente do Senado Federal, na qual os assuntos em pauta trataram da carreira da Magistratura brasileira”, disse.

A presidente Renata Gil ressaltou o compromisso com os interesses da Classe demonstrado pelo juiz Luiz Carlos e o desembargador Nelson Missias, segundo ela, um parceiro ativo nas causas da Magistratura. “Minas tem um diálogo muito republicano com as bancadas. A relação de confiança que os magistrados mineiros têm com parlamentares do Congresso Nacional não vejo em nenhum outro Estado”, destacou.

VTM

A Valorização por Tempo de Magistratura (VTM) foi outro assunto de destaque na reunião com os senadores Rodrigo Pacheco e Alexandre Silveira.

Segundo o presidente da Amagis, a aprovação do VTM, como reconhecimento a quem dedicou sua vida ao Judiciário, é



Alexandre Silveira, Luiz Carlos, Rodrigo Pacheco, Renata Gil e Nelson Missias

uma das prioridades da Amagis e, por isso, o tema foi tratado detalhadamente com o senador Rodrigo Pacheco. “De nossa parte, não faltará disposição para que o ano seja de novas conquistas e avanços, com atuação intensa como foram os primeiros 30 dias de nossa gestão”, afirmou Luiz Carlos, que, na ocasião, questionou ainda a contribuição previdenciária imposta aos aposentados

A presidente da AMB disse que, em 2021, as Associações construíram o tex-

to com a proposta do VTM, e que o tema avançará neste ano. “Importantíssima a reunião com o presidente Rodrigo Pacheco no que se refere à valorização da carreira da Magistratura”, avaliou.

A reunião com o presidente do Senado faz parte da estratégia definida no dia 3 de fevereiro, durante encontro entre os presidentes da Amagis, AMB e lideranças da Magistratura, realizada na sede da Associação, em Belo Horizonte.

“De nossa parte, não faltará disposição para que o ano seja de novas conquistas e avanços, com atuação intensa como foram os primeiros 30 dias de nossa gestão”

Luiz Carlos Rezende e Santos
Presidente da Amagis

“Minas tem um diálogo muito republicano com as bancadas. A relação de confiança que os magistrados mineiros têm com parlamentares do Congresso Nacional não vejo em nenhum outro Estado”

Renata Gil
Presidente da AMB

“Sob a liderança da presidente Renata Gil e do presidente Luiz Carlos, tivemos reunião muito proveitosa com o presidente do Senado Federal, na qual os assuntos em pauta trataram da carreira da Magistratura brasileira”

Desembargador Nelson Missias
Ex-presidente da Amagis e do TJMG e assessor especial da AMB

Amagis encomenda estudo sobre URV

A Diretoria da Amagis encomendou, no dia 14 de fevereiro, à perita contábil Lilian Caldeira, estudo sobre a possibilidade de revisão de valores pagos a magistrados a título de Unidade Real de Valor (URVs) e outros direitos, a fim de identificar eventuais resíduos.

De acordo o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, nessa primeira etapa será feita uma análise inicial para que seja verificada a possibilidade da revisão dos valores. Caso essa perspectiva seja confirmada, a Associação aprofundará o estudo ao mesmo tempo em que avaliará quais as medidas mais eficazes para garantir a restituição de eventuais valores.

O vice-presidente Socio-cultural-Esportivo da Amagis, desembargador Maurício Pinto

Ferreira, e o gerente do Departamento Jurídico da Associação, José Eduardo Vecchi Prates, participaram da reunião na qual o estudo foi definido.

AÇÕES NO TJ

No dia 22 de fevereiro, o presidente Luiz Carlos e a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere do Couto, reuniram-se com o diretor Jurídico da Associação, desembargador Alberto Henrique Costa de Oliveira, para discutir o andamento de ações de interesse da Classe no TJMG.

Em outra frente de trabalho, a Associação acompanha processo remetido pelo STF à 5ª Câmara Cível do TJMG, para novo julgamento, após o Supremo considerar “não ser recepcionada pela Constituição de

AMAGIS



José Eduardo, Lilian Caldeira, Luiz Carlos e Mauricio Ferreira

1988 a incidência de Imposto de Renda por exercício de emprego, cargo ou função”.

O advogado Arivaldo Re-

sente de Castro Júnior, patrono da Amagis na ação, e o gerente jurídico da Amagis participaram da reunião.

Presidente da Amagis discute o PJe e tecnologia da informação com integrantes do TJMG

GEORGIA BAÇVAROFF

O Processo Judicial Eletrônico (PJe) e as tecnologias de informação foram temas de reunião entre o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos e o juiz Delvan Barcelos Junior, auxiliar da Presidência do TJMG e coordenador da Diretoria Executiva de Informática do Tribunal, realizada no dia 9 de fevereiro. O juiz Marcelo Paulo Salgado, membro da Corte Eleitoral do TRE-MG, e o diretor executivo de Informática do TJ, Antônio Rolla, também participaram do encontro.

Luiz Carlos recebeu mais informações sobre as dificuldades enfrentadas pelos magistrados com relação ao PJe, e ponderou sobre a importância da tecnologia da informação no aprimoramento dos mecanismos de trabalho em todas as áreas, bem como seus desdobramentos positivos para facilitar a vida de gestores e servidores de toda a população.



Luiz Carlos, Antônio Rolla, Delvan Barcelos e Marcelo Salgado

Com a alta de consultas ao PJe durante a pandemia, o sistema passou a apresentar contratemplos. O PJe não funciona isoladamente, faz parte de uma série de programas utilizados pelo Tribunal e a sobrecarga pode afetar o sistema. No dia

23 de fevereiro, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere do Couto, representou o presidente Luiz Carlos no lançamento da Unidade Avançada de Inovação em Laboratório (Uai-Lab) do TJMG.

DEFESA DA MAGISTRATURA

DELEGAÇÃO REPRESENTATIVA

AMAGIS

Amagis mobiliza associados para congresso da AMB

Diante da relevância dos temas que serão debatidos no XXIV Congresso Brasileiro de Magistrados, a Diretoria da Amagis mobilizou os associados e, no dia 21 de fevereiro, sorteou 11 vagas para a participação no encontro, que será realizado em Salvador (BA), entre os dias 12 e 14 de maio.

O sorteio foi realizado pelo presidente da Amagis, juiz

Luiz Carlos Rezende e Santos, e pela vice-presidente Administrativa, juíza Rosimere do Couto. Definidos os ganhadores, os diretores sortearam a ordem da lista de suplentes. Com uma boa procura entre os magistrados, 50 inscritos, a expectativa é que a Amagis tenha uma delegação representativa no Congresso.

Durante o evento, serão re-



Luiz Carlos e Rosimere das Graças fazem o sorteio

alizadas conferências, debates técnicos e a assembleia geral da AMB. A parte científica do evento será coordenada pelo ministro Luis Felipe Salomão, do STJ, que é diretor do Centro

de Pesquisas Judiciais da AMB. O congresso será realizado com o apoio da Associação dos Magistrados da Bahia. As inscrições para o encontro podem ser feitas pelo site cbm2022.amb.com.br.

Ministro do STF reafirma independência funcional da Magistratura

O ministro Dias Toffoli, do STF, afirmou, no dia 22 de fevereiro, o enquadramento, como crime de prevaricação, da atuação dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que, no exercício de suas atividades funcionais e com amparo em interpretação da lei e do direito, sustentem posição discordante da defendida por outros membros ou atores sociais e políticos.

Por meio de nota pública, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, saudou a decisão do

magistrado. “A Amagis considera que o entendimento do ministro protege a independência e autonomia funcional dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público. Essa proteção é imprescindível ao exercício e manutenção do Estado de Direito, com os quais a Magistratura mineira reafirma seu compromisso”, afirmou.

A presidente da AMB, juíza Renata Gil, também destacou a importância da decisão de Toffoli. Para a magistrada, o entendimento do ministro protege a in-

dependência e autonomia funcional dos membros do Poder Judiciário e do Ministério, princípios constitucionais caríssimos ao Estado Democrático de Direito.

Toffoli assinalou que a Constituição Federal assegura a autonomia e a independência funcional ao Poder Judiciário e ao Ministério Público no exercício de suas funções. Essa prerrogativa garante aos seus membros manifestar posições jurídico-processuais e proferirem decisões sem o risco de sofrerem ingerência ou pressões político-externas.

ENERGIA
RENOVÁVEL
E MAIS BARATA.



Desconto exclusivo Amagis, acesse:
EVOLUAENERGIA.COM.BR/AMAGIS

*Consulte condições no site.



ECONOMIZE ATÉ 20% NA
SUA TARIFA DE ENERGIA.



SEM INVESTIMENTOS E SEM
OBRAS EM SEU IMÓVEL.



ESPECIALISTA EM LEILÕES JUDICIAIS

0800 242 2218
37 9 9827 5613
indicacao@mgl.com.br

Leiloeiros devidamente cadastrados
no sistema AJG
Resolução 882/2018 artigo 18
(indicação direta)

Administrador Judicial

Administração judicial, promovendo o planejamento de recuperações de empresas.

Advogados

Habilitação e movimentação processual, assessoria e correspondência jurídica.

Peritos

Elaboração de relatórios e laudos técnicos, cumprindo as determinações impostas sempre com a presteza e eficiência.

Economistas

Previsão econômica para empresas, elaboração de planejamento de aplicações financeiras e perspectiva macro micro econômica.



GRUPOCRÉDITO

Soluções para todas as fases processuais

Contato - Fernando C. Moreira Diretor - (37) 99947-7742 fernando@grupocredito.com.br

Criação da escola da Amagis recebe apoio da Presidência da ENM

A criação da Escola da Magistratura da Amagis ganhou um importante apoio, no dia 4 de fevereiro, durante reunião entre os presidentes da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o diretor-presidente da Escola Nacional da Magistratura da AMB, desembargador mineiro Caetano Levi Lopes.

No encontro, o presidente Luiz Carlos apresentou o projeto de criação da escola da Associação, expôs o objetivo de buscar atuação conjunta com as Escolas de Governo, a formatação de cursos para seus associados e familiares, e atividades específicas que poderão atender ao público externo.

Ao tomar conhecimento mais detalhado do projeto, o desembargador Caetano Levi afirmou que a ENM está de portas abertas para a Associação no desenvolvimento da sua escola e de projetos em comum.

Com uma proposta pedagógica voltada para os associados, a Escola da Magistratura da Amagis promoverá cursos de aperfeiçoamento técnico e atualização dos magistrados com relação às constantes

AMAGIS



Juiz Luiz Carlos apresentou projeto da escola ao desembargador Caetano Levi

alterações legislativas e jurisprudenciais, além de agregar outros campos de estudos como a filosofia, teologia, línguas, literatura e história entre outros.

O desembargador Octavio Augusto De

Nigris Boccalini, diretor de Patrimônio da Amagis, o juiz Auro Aparecido Maia de Andrade, ouvidor da Associação, e o juiz Fábio Magrini, integrante do Conselho Deliberativo, também participaram da reunião.

Escola Dom Helder dialoga com Amagis por residência jurídica

O pró-reitor da Escola Superior Dom Helder Câmara, Francisco Haas, esteve na sede da Amagis, no dia 14 de fevereiro, para conversar com o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, sobre a Residência Jurídica, aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no início deste ano.

Para a Escola Dom Helder, a parceria com a Amagis possibilitará aos seus alunos contar com a expertise da Magistratura mineira na sua formação. Modalidade de ensino desti-

nada a bacharéis de Direito, a residência jurídica tem como objetivo proporcionar o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do Sistema de Justiça.

De acordo com o presidente Luiz Carlos, o interesse da Dom Helder demonstra o reconhecimento da comunidade jurídica à competência da Magistratura mineira. No encontro, também foi discutida a possibilidade de as duas instituições promoverem cursos conjuntos.

Os desembargadores Mau-

GEORGIA BAÇVAROFF



Parceria visa ao aperfeiçoamento do Judiciário

rício Pinto Ferreira, vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis, Franklin Hígino Caldeira Filho, e o professor da

Dom Helder e doutor em Direito Público, João Batista Moreira Pinto, também participaram da reunião.

Associação amplia ação social com criação de nova diretoria

A Amagis irá ampliar sua atuação cidadã com a criação da Diretoria de Apoio a Obras Sociais, instituída pelo presidente Luiz Carlos, no dia 10 de janeiro.

A diretoria é integrada pela juíza aposentada Marli Maria Braga Andrade (diretora da pasta), a juíza Maria Isabel Fleck, da Comarca de Belo Horizonte, e pelos juizes Anacleto Falci, da Comarca de Governador Valadares (Vale do Rio Doce), Matheus Moura Matias, da Comarca de Águas Formosas (Vale do Mucuri), e André de Melo e Silva, da Comarca de Januária (Norte de Minas). Prestigiaram a instalação, o padre Alexandre Fernandes e a irmã Cristina Bove, da Pastoral Nacional do Povo da Rua.

Durante a reunião, o presidente Luiz Carlos destacou a função social da Magistratura. “Nós, juizes, somos exemplos de doação e de caridade. Durante os três anos dessa gestão, nós vamos abraçar a solidariedade humana e apoiar, por meio da Diretoria aqui implementada, obras sociais no Estado de



Promoção da cidadania tem o apoio da Magistratura mineira

Minas Gerais”, afirmou.

CIDADANIA

A promoção da cidadania faz parte da história da Magistratura mineira que, há décadas, apoia o Núcleo de Integração Social (Nutris) e o Núcleo de Arte e Cultura (Nac). Nas instituições, são atendidos crianças e adolescentes do bairro Mariano de Abreu, na região

Leste de Belo Horizonte.

A solidariedade dos magistrados também se faz presente em momento mais críticos, como as chuvas intensas que atingiram Minas Gerais no início deste ano. Com o apoio da Classe, a Amagis doou R\$ 28.940,00 em cestas básicas para as populações carentes das Comarcas de Januária, Ponte Nova, Governador Valadares, Águas Formosas e Itabirito.

COMO AJUDAR O NUTRIS

É possível ajudar o Nutris de diversas formas, com doações de objetos, mantimentos e dinheiro. Para saber mais, entre em contato pelos telefones:

No Nutris: (31) 3485-6035 [Falar com Maria Nilza]

Na Amagis: (31) 3079-3471

Agende uma visita para conhecer a

instituição pessoalmente! Para os magistrados, é possível autorizar o desconto mensal na folha de pagamento do valor que desejar.

Esse recebimento mensal de doações é muito importante para a manutenção da instituição, pois traz previsibilidade de receita.

Para autorizar o desconto em folha, basta preencher a ficha abaixo, escanear ou fotografar e enviar para financeiro@amagis.com.br. Ou recortar e enviar a ficha para Departamento Financeiro da Amagis Rua Albita, 194, - 3º andar - Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte - MG - Cep: 30310-160

AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO EM FOLHA

Eu, _____, magistrado(a) da Comarca de _____, autorizo o desconto mensal, em minha folha de pagamento, na importância de:

10% do salário mínimo []
15% do salário mínimo []
20% do salário mínimo []
____ %

Referente a minha contribuição para o Núcleo de Trabalho e Integração Social - NUTRIS

_____, _____ de _____ de _____

Assinatura _____

Coordenadoria apoiará magistrados a atingir metas do ECA

GEORGIA BAÇVAROFF

Em mais uma iniciativa inovadora, o presidente da Amagis, Luiz Carlos Rezende e Santos, implementou, no dia 22 de fevereiro, a Coordenadoria da Infância e Juventude da Associação, cuja atuação será articulada com setores do TJMG, como a Coordenadoria da Infância e Juventude do Tribunal (Coinj), e órgãos do Poder Executivo para atingir os objetivos fixados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

De acordo com o presidente Luiz Carlos, a nova coordenadoria da Amagis irá apoiar a promoção do princípio da proteção integral e da primazia do interesse da criança e do adolescente, por meio do desenvolvimento de notas técnicas, capacitações e orientações aos magistrados e magistradas de Minas Gerais.

Segundo a coordenadora da Infância e Juventude da Amagis, juíza Riza Nery, a nova pasta, assim como as criadas neste início de gestão, irá fortalecer e auxiliar a Magistratura mineira no exercício de sua



Nova coordenadoria atuará em parceria com os Três Poderes

função. “A nossa Associação, mais uma vez, por meio dessa iniciativa, coloca-se à disposição para identificar os problemas e auxiliar a Classe”, afirmou.

A coordenadoria é integrada ainda pe-

los juízes Ricardo Rodrigues de Lima (Juiz de Fora); Thiago França de Resende (Contagem); Túlio Naves (Pouso Alegre); Eliseu Fonseca (Montes Claros) e Vinícius de Ávila Leite (Patos de Minas).

Recuperandos da Apac homenageiam superintendente da Ejef

TIAGO PARRELA

O segundo vice-presidente do TJMG e superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), desembargador Tiago Pinto, foi homenageado, no dia 21 de fevereiro, pelos formandos do curso Contadores de Histórias da Apac de Santa Luzia (Grande BH). O magistrado é o idealizador do projeto.

Treze formandos, da turma de 39 recuperandos apresentaram o espetáculo “Sábios Piados”, que é composta por sete histórias em voz e violão, tocado pelo professor Vilmar de Oliveira. A peça foi criada durante o projeto “Caminhos e Contos: a ressocialização pela palavra”, dirigido pelas professoras Rosana Mont’Alverne e Sandra Lane.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos, coordenador Executivo do Programa Novos Rumos e juiz cooperador da Vara de Execução Penal da Comarca de Santa Luzia, participou da homenagem e destacou os resultados positivos do projeto e a dedicação do desembargador Tiago Pinto e sua equipe.



Tiago Pinto recebeu artesanato feito pelos recuperandos

MULHERES NO JUDICIÁRIO

Pioneiras abriram caminho para magistradas mineiras

POR GEÓRGIA BAÇVAROFF

Março é internacionalmente reconhecido como o mês das mulheres. E neste mês, a Amagis as homenageia, as magistradas mineiras, em especial aquelas que abriram caminho para que, hoje, cerca de um terço da Magistratura mineira seja representada pelas mulheres.

Na mitologia grega, a mulher se fez presente na Justiça na figura de Thêmis, a deusa da Justiça, descrita como a personificação da ordem, da lei e a protetora dos oprimidos, que se sentava ao lado do trono de Zeus para aconselhá-lo. Ela empunha a balança, equilibrando a razão e o julgamento.

A venda nos olhos de Thêmis foi colocada no século XVI, pelos alemães, para indicar a imparcialidade e a ausência de preconceitos. Mas a presença da mulher na Magistratura brasileira aconteceu bem depois disso.

Em Minas Gerais, esse caminho só foi aberto no ano de 1960, quando a primeira mulher ocupou o cargo de juíza de Direito no Estado, nomeada pelo então governador José Francisco Bias Fortes. Raphaela Alves Costa assumiu a Comarca de Guia Lopes, hoje São Roque de Minas.

No TJMG, a chegada da mulher como desembargadora só se deu quase 30 anos depois, em 1988, com a posse de Branca Margarida Pereira Rennó, que foi também a primeira juíza da Comarca de Belo Horizonte, em 1963.

Em 1988, entre os tribunais considerados de grande porte

do País, além de Minas, apenas o do Rio de Janeiro tinha uma mulher entre seus desembargadores. Maria Stella Souto tomou posse no TJRJ em agosto de 1983, após a fusão dos antigos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Somente na década de 90, os demais tribunais de grande porte passaram a contar com mulheres em seus quadros de desembargadores (*veja ao lado*).

Em entrevista ao jornal DECISÃO, na edição de novembro do ano de 2002, Branca Rennó afirmou que a principal dificuldade que enfrentou ao chegar ao Tribunal foi a desconfiança com relação ao trabalho de uma mulher. “Era uma novidade e, por isso, recebíamos com certa resistência. Tínhamos de provar que éramos competentes”, disse.

Atualmente, as mulheres compõem um terço da Magistratura mineira. Do total de 1.057 magistrados, 354 são do sexo feminino. Segundo dados do TJMG, a maior representatividade delas está na 2ª entrância, onde 114 mulheres ocupam 41% do total de juízes. Em números absolutos, a maior presença, 158, está na entrância especial.

No TJMG, entre os 146 desembargadores, estão 28 mulheres. No último provimento feito pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em 31 de janeiro deste ano, oito juízes tomaram posse como desembargadores. Quatro são mulheres: Maria Cristina Cunha Carvalhaes, Luzia Divina de Paula Peixôto, Âmalin Aziz Sant’Ana e Maria das Graças Rocha Santos.



Juíza Raphaela Alves Costa



Desembargadora Branca Rennó

♀ REPRESENTATIVIDADE FEMININA NO TJMG POR ENTRÂNCIA

1ª Entrância – 38% 54 mulheres total – 142	Entrância especial – 32% 158 mulheres total – 491
2ª entrância – 41% 114 mulheres total – 278	TJMG – 19% 28 mulheres total – 146

♀ PIONEIRAS NOS TRIBUNAIS DE GRANDE PORTE DO PAÍS

- TJRJ** – Maria Stella Villela Souto, **1983**
- TJMG** – Branca Margarida Pereira Rennó, **1988**
- TJRS** – Maria Berenice Dias, **1996**
- TJSP** – Luzia Galvão Lopes da Silva, **1997**
- TJPR** – Regina Helena Afonso de Oliveira Portes, **1999**

Mulheres virtuosas e incansáveis são inspiração na Justiça

Jane Silva
ressignificou a
condição feminina
e a atuação
da mulher na
Magistratura

MARIA LUÍZA DE MARILAC ALVARENGA ARAÚJO*

Nas palavras do Piero Calamandrei, “o juiz é o direito feito homem” e, “somente desse homem” pode-se esperar, na vida prática, a tutela que, em abstrato, a lei a todos promete.

Nascido no final do século XIX, em que a condição feminina era de subserviência, a definição de um magistrado na figura de um homem virtuoso é natural para a época, mas expõe, ainda hoje, a luta histórica da mulher contra discriminações de toda sorte.

A população brasileira, segundo o último senso do IBGE é composta de 48,2% de homens e 51,8% de mulheres. Apesar disso, segundo dados do CNJ, disponibilizados no ano de 2019, a participação feminina na Magistratura, nos últimos 10 anos, foi de 37,6%.

Considerando a assimetria da representatividade feminina na ocupação de cargos do Judiciário e a certeza de que a igualdade de gênero constitui expressão da dignidade humana, o CNJ – Resolução nº 255/18, institui a “Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário”.

Não apenas no âmbito interno do Poder Judiciário, boas práticas vêm sendo adotadas para assegurar a igualdade de gênero, mas em toda a comunidade jurídica. Exemplo disso é a campanha “Sinal Vermelho Contra a Violência Doméstica”, idealizada pela Juíza Renata Gil, do TJRJ, primeira presidente mulher da AMB. No último dia 14 de janeiro, o STJ aderiu à campanha, contando ela também com o apoio do TJMG e de inúmeras outras instituições públicas e privadas.

A campanha consiste na utilização por mulheres, vítima de violência doméstica, de um “X” vermelho desenhado na palma de uma das mãos, como sinal revelador da violência de gênero a funcionários de farmácias. Da iniciativa simples, a necessidade imediata de acionamento das autoridades policiais.

Mulheres virtuosas e incansáveis têm travado diariamente uma ardorosa luta contra práticas sexistas, preconceituosas

e discriminatórias contra o gênero feminino, na busca por igualdade.

Neste mês de março, em que se comemora o Dia Internacional da Mulher, reflexões ligadas à luta em favor do direito das mulheres assomam-se e, se por um lado, revelam que ainda há muito o que fazer, por outro, evocam exemplos de inúmeras mulheres inspiradoras para a nossa sociedade.

Jane Ribeiro Silva, desembargadora do TJMG, falecida em 2019, fez a diferença

“Jane Silva, mulher e magistrada virtuosa, dizia que a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores e benefícios no desenvolvimento sustentável da sociedade e da família”

“Não apenas no âmbito interno do Poder Judiciário, boas práticas vêm sendo adotadas para assegurar a igualdade de gênero, mas em toda a comunidade jurídica”

“Mulheres virtuosas e incansáveis têm travado diariamente uma ardorosa luta contra práticas sexistas, preconceituosas e discriminatórias contra o gênero feminino, na busca por igualdade”

por onde passou. Ela ressignificou a condição feminina e a atuação da mulher na Magistratura nacional.

Ingressou na Magistratura em 1972 e foi promovida em 2001 ao cargo de desembargadora. Pioneira, Jane Silva foi a primeira mulher a tomar posse na Corte Superior do TJMG e a primeira desembargadora mulher a ser convocada como ministra substituta no Superior Tribunal de Justiça.

Imparcial, corajosa, estudiosa, trabalhadora incansável de todas as horas, Jane Silva, definida por colegas de profissão “não como um soldado, mas um batalhão”, era, sem dúvida, o direito feito mulher. Ao longo de sua carreira como magistrada dedicou-se com afinco à execução humanitária da pena, à formação de juizes na Ejef e a transmitir àqueles com quem convivia, com disciplina e amor, exemplos de comportamento ético.

Uma mulher à frente de seu tempo, a desembargadora Jane Silva foi incipiente na prolação de decisões contra o regime integralmente fechado e a relatora, no STJ, dos habeas corpus que definiram a possibilidade de aplicação da Lei 11.340/2006, intitulada Maria da Penha, em casos de violência contra mulher praticada por ex-namorado (HC 92875) e de natureza incondicionada da ação penal em caso de crime de lesão corporal, praticado mediante violência doméstica e familiar contra a mulher (HC 96992). Anos mais tarde, o Plenário do STF declarou a constitucionalidade da lei e reafirmou a natureza da ação penal.

Jane Silva, mulher e magistrada virtuosa, dizia que “a igualdade de gênero tem efeitos multiplicadores e benefícios no desenvolvimento sustentável da sociedade e da família”.

Lutemos, pois, pela participação plena de mais mulheres na vida pública, na econômica e em diversas áreas de tomada de decisão, em igualdade de oportunidades.

(*) Desembargadora do TJMG

Magistradas mineiras enfrentam desafios radicais nos esportes

POR GEÓRGIA BAÇVAROFF

De segunda a sexta, elas enfrentam uma rotina pesada de audiências, estudos e sentenças com dedicação e talento. Fora dos gabinetes, muitas magistradas encaram outros desafios por vezes radicais e que demandam coragem e ousadia. Aliás, duas características bem presentes nas magistradas mineiras.

Há nove anos, a juíza Raquel Discacciati Bello se iniciava no montanhismo, esporte que conheceu quando foi, pela primeira vez, fazer o Caminho de Santiago, percurso que leva até a cidade de Santiago de Compostela, na Espanha.

“Tinha vontade de fazer o Caminho de Santiago, fiz e acabei gostando da experiência de caminhar e estar perto da natureza, além de conhecer pessoas diferentes. Depois do Caminho, não parei mais”, contou a magistrada. Quando voltou a Belo Horizonte, Raquel Bello entrou para um grupo de trekking e montanhismo e, desde então, pratica o esporte.

“A prática abriu minha visão a respeito da importância da atividade física regular para se manter saudável”, contou. Os benefícios vão além da saúde física. Raquel atua na 1ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública no Juizado Especial de Belo Horizonte e garante que o montanhismo se tornou um aliado na carreira. “Praticar o esporte envolve trabalho, disciplina, planejamento, autoconfiança e dedicação. Essas são características também muito importantes na carreira. Muitas vezes, quando você olha para a montanha, vem

ARQUIVO PESSOAL



Juíza Denise Canedo pratica o Mountain Bike há dois anos

uma sensação de que você não vai dar conta de subir. Aí você consegue. E esse resultado é fruto de todo esse trabalho”, disse a magistrada, que, para conseguir praticar o montanhismo, faz fortalecimento muscular semanalmente. “Adapteí minha rotina nesse sentido. Hoje, faço caminhada duas ou três vezes na semana e academia duas vezes. A gente trabalha muito e é preciso fazer um esforço para colocar

a atividade física no dia a dia, fazendo com que ela se torne algo prazeroso para não adoecer”, alertou a juíza.

MOUNTAIN BIKE

Durante a pandemia, a juíza Denise Canedo, da Comarca de Passos, no Sul de Minas, decidiu andar de bicicleta com um grupo de amigas como uma forma de praticar uma atividade de ao ar livre. “Começamos a fazer uns passeios de bike na

cidade”, contou.

Com o tempo, a magistrada tomou gosto pela atividade, que foi se transformando em esporte. No ano passado, já promovida para Belo Horizonte, começou a treinar a modalidade com professor particular. “Pedalamos em meio à natureza”, disse a magistrada, que conquistou o quarto lugar no Desafio Brou - Etapa Conceição do Mato Dentro. A competição foi realizada em novembro do ano passado. São dois dias de percurso e uma distância total de 82 km. Para a juíza, a prática de esporte libera a tensão e, consequentemente, contribui para o exercício da função judicante. “O contato com a natureza, sentir o ar no rosto, me conectar com outras pessoas, além de sair do ambiente do fórum são coisas que me atraem no mountain bike”, observou ela, destacando ainda algumas características comuns

“Praticar o esporte envolve trabalho, disciplina, planejamento, autoconfiança e dedicação. Essas são características também muito importantes na carreira”

Juíza Raquel Discacciati Bello

“O contato com a natureza, sentir o ar no rosto, me conectar com outras pessoas, além de sair do ambiente do fórum são coisas que me atraem no mountain bike”

Juíza Denise Canedo

ESPECIAL MULHER

ARQUIVO PESSOAL

entre pessoas que praticam esporte. “Geralmente, são pessoas felizes e bem-dispostas”.

DEFESA

Muay Thai foi o esporte escolhido pela juíza Andressa Collares Xavier, da Vara Criminal e da Infância e Juventude de Campo Belo, no Sul de Minas. O Muay Thai é uma arte marcial de origem tailandesa. “Eu estava me preparando para concurso público e precisava de algo que me desestressasse. Foi aí que encontrei o Muay Thai. Realmente, além de ter um gasto calórico significativo, ele é um esporte completo, foi onde me identifiquei”, relatou a magistrada.

Andressa entrou para a Magistratura mineira em janeiro de 2020, mas já pratica o esporte desde 2016. Em Minas, ela começou o muay thai em janeiro de 2021. Se antes era para desestressar, por causa da preparação para o concurso público, agora ela afirma que a prática se volta também para o aspecto de defesa pessoal.

“É como aquela expressão: corpo são, mente sã. Nós, magistradas, que trabalhamos muito com o intelecto, precisamos oxigenar nosso cérebro, descansar nossa mente, cansar o nosso físico. Para mim, o esporte funciona assim. Começar o dia fazendo atividade faz com que ele renda mais”, ensinou ela, que pratica Muay Thai duas vezes por semana.

“Nós, magistradas, que trabalhamos muito com o intelecto, precisamos oxigenar nosso cérebro, descansar nossa mente, cansar o nosso físico. Para mim, o esporte funciona assim”

Juíza Andressa Collares Xavier



Juíza Raquel Bello durante trekking no Mont Blanc, nos Alpes



Juíza Andressa Collares Xavier pratica Muay Thai desde 2016

8 de março
**Dia Internacional
DA MULHER**

**A Amagis e Amagis Saúde
reconhecem e enaltecem
a participação da mulher
na Magistratura, no
Judiciário e na sociedade**



Por que precisamos de uma Amagis Mulheres?

Coordenadoria tem atuação dedicada à promoção da igualdade na Magistratura

DANIELA CUNHA PEREIRA*

O título do presente texto reflete um questionamento que certamente já foi feito por diversas pessoas, ao se depararem com a notícia de que a Amagis, a partir de 2022, conta com uma Coordenadoria especificamente direcionada para assuntos de interesse das mulheres associadas. Trata-se de um questionamento legítimo, que merece ser objeto de reflexão e cuja resposta tentarei esboçar a seguir.

Segundo dados do TJMG, levantados no dia 31 de janeiro de 2022, a Magistratura mineira atualmente conta com um total de 1.057 magistrados, sendo 354 mulheres. As mulheres correspondem, portanto, a 33,49% do total de magistrados embora, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, divulgada pelo IBGE em 26 de agosto de 2021, correspondam a 52,2% da população brasileira.

A leitura dos dados acima revela, já à primeira vista, que há elementos que impedem ou dificultam o acesso igualitário das mulheres à carreira da Magistratura.

No entanto, chama ainda mais a atenção o fato de que, à medida que a carreira avança, o percentual de magistradas fica ainda mais reduzido, constatando-se que, em Minas Gerais, mulheres constituem 38% da Magistratura de primeiro grau e somente 19,17% dos cargos de segundo grau, havendo, no dia 31 de janeiro de 2022, somente 28 desembargadoras dentre um total de 146 desembargadores no Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Os números escancaram a situação de desigualdade e contra eles não há argumentos.

No entanto, faz-se necessário indagar qual o motivo dessa desigualdade na participação das mulheres na Magistratura e, sobretudo, as razões que permitem que elas, mesmo quando presentes na carreira, ocupem de forma claramente reduzida os espaços de poder e de tomada de deci-

são. Essas perguntas não encontram respostas fáceis e, na verdade, desafiam uma análise histórica, sociológica e cultural que, infelizmente, não cabe nesse espaço, mas iremos trazer algumas reflexões que podem contribuir para esse debate.

O primeiro ponto de relevo pode ser traduzido pela seguinte pergunta: se as mulheres são estatisticamente a maioria na população, porque são francamente minoritárias na Magistratura mineira, ocupando pouco mais de 30% dos cargos?

É necessário observar inicialmente que o acesso à Magistratura demanda no mínimo acesso a um curso superior e a possibilidade de se dedicar a uma pesada rotina de estudos, o que de imediato inviabiliza o acesso de mulheres de baixa renda e, sobretudo, de mulheres negras a esse espaço, uma vez que elas muitas vezes simplesmente não têm condições materiais sequer de subsistência e instrução básica, e muito menos de investir em estudos que

"O percentual de magistradas fica ainda mais reduzido, constatando-se que, em Minas Gerais, mulheres constituem 38% da Magistratura de primeiro grau e somente 19,17% dos cargos de segundo grau"

"Mulheres não deixam de ocupar cargos na Magistratura ou de avançar na carreira simplesmente por motivos individuais ou porque não querem"

lhes permitam a aprovação em um curso público.

A primeira dificuldade de acesso à Magistratura, portanto, tem um recorte de raça e de classe.

Ocorre que, além das questões relacionadas à raça e à classe – que, no Brasil, infelizmente, são elementos que não podem ser ignorados na análise de qualquer conjuntura social – tem-se que as mulheres em geral são pouco estimuladas ao estudo ou a privilegiar suas carreiras, sendo-lhes cobrado que se dediquem a funções de cuidado, à família, ao ambiente doméstico e a rotinas de beleza que as mantenham em lugares de subalternidade.

Nesse ponto, peço às mulheres que façam o seguinte exercício mental: imagine todas as horas que você já gastou fazendo as unhas, arrumando seu cabelo, pensando em roupas, fazendo a sobancelha, enfim, se ocupando em estar dentro do que socialmente se convencionou como o belo feminino. Calcule, ao menos por alto, quantas horas da semana você despense com cuidados de beleza, incluindo desde o tempo que gasta para imaginar o que vai vestir até o tempo que eventualmente passa no salão.

Agora, tente calcular ao longo da sua vida quanta energia mental você já gastou se comparando com outras mulheres, querendo ser mais magra, pensando sobre o que você come, tentando não comer, sofrendo por causa da sua celulite, das suas estrias, das suas manchas, do seu cabelo. O tempo, durante a sua vida, em que você ficou pensando que não estava bonita, as coisas que você já deixou de fazer porque achava que estava feia, ou malvestida, ou com um corpo inadequado.

Pois saiba que os homens que estão ao seu lado têm todo esse tempo, esse dinheiro e essa energia mental para investirem no que eles quiserem, inclusive nos

ESPECIAL MULHER

estudos e na sua carreira. Isso, por si só, estabelece uma competição desleal entre homens e mulheres no mercado de trabalho e também nos estudos.

Os homens têm mais tempo e mais energia para se dedicar às suas funções profissionais e acadêmicas e até mesmo ao lazer, porque não lhes é socialmente exigido que gastem tanto tempo e energia com questões relacionadas à aparência.

Para além das questões relacionadas à aparência e beleza, as quais podem ser consideradas superficiais e que, claramente, têm um recorte de raça e de classe, constituindo-se em um privilégio de mulheres brancas e de classes mais altas, é preciso considerar o fato de que meninas, em geral, são desde cedo fortemente estimuladas a buscar sua realização pessoal e seu lugar social na família e nos relacionamentos afetivos e muito pouco motivadas a buscar sua autonomia intelectual e financeira. Nós admitimos – e até admiramos – que uma mulher tenha uma carreira, desde que ela também atenda aos padrões estéticos e, além disso, seja socialmente validada por um relacionamento com um homem e por uma família tradicional.

Não é preciso muito esforço para perceber que essa conta simplesmente não fecha e, no final, a dedicação à carreira sempre acaba ficando em um lugar secundário, já que o que nos valida socialmente ainda são a performance da feminilidade e o ideal de realização na família e no lar.

Os homens, ao contrário, tendem a priorizar suas carreiras, justamente porque geralmente contam com mulheres que cuidam de suas casas, de suas famílias, de sua saúde, de suas roupas e de suas necessidades pessoais, domésticas, emo-

cionais e afetivas.

É importante ainda lembrar que mulheres tradicionalmente são encarregadas das funções de cuidado e ficam sobrecarregadas com o cuidado com os filhos, os pais, os amigos e com os próprios homens, além de se sentirem responsáveis pelo suporte emocional e familiar de todos e todas que as rodeiam.

A maternidade é um capítulo à parte porque vivemos em uma realidade na qual as mulheres, além de gestar e parir, suportam o peso gigantesco de uma divisão de tarefas absolutamente desproporcional e injustificada, tanto do ponto de vista prático quanto emocional. Nesse ponto, é importante assinalar que, à exceção da gestação e da amamentação, homens e mulheres têm as mesmas condições de cuidar e educar uma criança e não há determinismo biológico que diga o contrário. Em um mundo que se pretende civilizado, as tarefas de educação, criação e cuidado com as crianças competem a toda a sociedade e não há justificativa para que as mulheres suportem sozinhas o peso de formar novas gerações.

Ao se olhar com atenção para a sociedade em que vivemos, é possível perceber com facilidade que, ao contrário do que

“Mulheres tradicionalmente são encarregadas das funções de cuidado e ficam sobrecarregadas com o cuidado com os filhos, os pais, os amigos e com os próprios homens”

acreditam alguns, mulheres não deixam de ocupar cargos na Magistratura ou de avançar na carreira simplesmente por motivos individuais ou porque não querem. Somos todas e todos frutos de uma cultura e estamos inseridos em uma sociedade que nos forma e nos conforma. E o meio em que vivemos impõe às mulheres obstáculos que as impedem de avançar no sentido da sua emancipação, incluindo-se aí o acesso a funções profissionais e a espaços de poder e tomada de decisões.

Nesse ponto, é fundamental dizer que não se pretende ocupar espaços de poder e de tomada de decisões para operar uma inversão da lógica patriarcal, exercendo dominação sobre os homens ou sobre qualquer outro grupo, pois isso não faria qualquer sentido. Trata-se, ao contrário, de desconstituir essa noção de um poder que se exerce sobre o outro ou às custas do sacrifício de outrem para se construir uma ideia de um poder exercido para a efetivação da igualdade e da justiça de direitos, assegurando-se o acesso a espaços de decisão àqueles que sempre estiveram aliados desse processo, pois somente dessa forma existirá a possibilidade de construção de um mundo mais justo.

A partir de tudo que foi exposto, eu responderia da seguinte forma à pergunta que dá título a esse texto:

“Por que, afinal de contas, precisamos de uma Amagis Mulher?”:

Porque, se pretendemos ser agentes da justiça, precisamos garantir que a justiça seja feita na nossa própria Casa.

(*) Juíza da Comarca de Ibirité (Grande BH), diretora de Comunicação da Associação e integrante da Amagis Mulher



Sinal vermelho contra a violência doméstica

Juíza Roberta Chaves Soares,
Diretora da Amagis Mulher



Magistradas coordenam projetos de ressocialização no CIA/BH

POR GEÓRGIA BAÇVAROFF

Três magistradas mineiras, que atuam na Vara Infracional da Infância e Juventude de Belo Horizonte, estão à frente de projetos socioeducativos voltados a capacitar e reintegrar à sociedade adolescentes em conflito com a lei.

A Vara funciona no Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional (CIA/BH), coordenado pela juíza Riza Nery, que é também diretora da Coordenadoria de Infância e Juventude da Amagis. De acordo com ela, os projetos realizados na Vara Infracional tem todo o apoio do CIA/BH. “As iniciativas dos nossos juízes tem contribuído bastante na ressocialização dos adolescentes acautelados nos centros socioeducativos da capital mineira”.

CAPACITAÇÃO

Um dos projetos é o de profissionalização, liderado pela juíza Junia Maria Benevides de Souza Bueno. Voltado para 175 adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de semiliberdade e em meio aberto, o projeto parte da premissa de que o amor é a principal ferramenta de intervenção e de relacionamento; de que a tolerância e o respeito são meios de ação. E, desta forma, o projeto oferece aos adolescentes, por meio do Cedipro / Divina Providência, diversos cursos de profissionalização que, além de qualificar e capacitar os participantes, aprimora a autoestima e promove o autoconhecimento por meio da empatia. A verba para a implementação do projeto é oriunda da prestação pecuniária da Vara de Execuções Criminais de Belo Hori-



Juíza Andrea Mol com a equipe durante corrida de rua

zonte, por meio do juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, presidente da Amagis.

Segundo a juíza Junia Benevides, a responsabilização dos adolescentes na medida da gravidade dos atos infracionais cometidos por eles é necessária e, portanto, ela é aplicada a eles. Para além disso, de acordo com a magistrada, existe também a missão de afastar esse adolescente da criminalidade. E para isso, ele precisa de instrumentos. “Entendemos que tão importante quanto responsabilizar, é afastar o adolescente da criminalidade, para evitar a reincidência. Por isso, é fundamental esse trabalho de capacitação para que ele possa enfrentar o mercado de trabalho e se reintegrar à sociedade”, argumentou.

Outro projeto, também de responsabilidade de Junia Benevides e custeado com verbas do CIA/BH, é o de culinária,

destinado aos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de internação nas unidades da capital. Implementado em parceria com o Instituto Elo, o projeto, que terá início neste mês de março, irá oferecer curso de culinária e preparação de alimentos aos adolescentes. Inicialmente, o projeto atingirá os centros socioeducativos do Horto, São Jerônimo, Andradas e Santa Clara.

ESPORTE

Tão importante quanto a capacitação dos jovens em conflito com a lei, é mantê-los motivados. Este também é um dos objetivos da equipe de juízes que atuam do CIA-BH. Para isso, existe o projeto Corre Legal, coordenado pela juíza Andrea Mol. Voltado, inicialmente, para os adolescentes com restrição de liberdade, o Corre Legal tem o objetivo de levar aos jovens a possibilida-

de de realizar atividade física saudável, utilizando o esporte como meio de reeducação social. “Por meio do esporte, percebemos que os adolescentes se sentem renovados e motivados. Eles conhecem experiências saudáveis e enxergam oportunidades que muitas vezes nunca tiveram. Temos tido um retorno muito favorável tanto das direções dos centros de internação da capital, quanto dos próprios adolescentes”, afirmou a magistrada.

Para treinar os adolescentes, o projeto conta com a equipe de assessoria esportiva Guana Trainer, que realiza treinamentos semanais dentro dos centros de recuperação. Eles também fazem atividades externas, acompanhados dos agentes e instrutores. O projeto começou no ano passado e continua neste ano, agora, com a participação também de adolescentes das unidades de semiliberdade de BH.

JUÍZA MARIA ELISA TAGLIALEGNA
Diretora do Foro de Uberlândia



ARQUIVO PESSOAL

Magistradas superam desafios

Com 23 anos de Magistratura, a juíza Maria Elisa Taglialegna, diretora do Foro da Comarca de Uberlândia (Triângulo Mineiro), disse que há alguns não pensava assumir a função. Hoje, ela afirma que tem aprendido muito com o cargo e aponta que, por vezes, as atividades familiares dificultam que magistradas desenvolva novos desafios na carreira.

Como tem sido o desafio de administrar o foro?

Há alguns anos não pensava em ser diretora do foro. Tem sido uma experiência gratificante. Todos os dias lido com desafios que precisam ser resolvidos sem prejuízo para o trabalho na 2ª Vara de Família e Sucessões, na qual existem muitas audiências. A administração do foro tem me agregado muita coisa boa, pois passei a olhar nossa instituição também a partir da perspectiva dos servidores, jurisdicionados e advogados.

É uma missão mais difícil para as magistradas?

É preciso reconhecer que em determinadas fases da vida da mulher o desempenho de algumas funções torna esse desafio mais complexo. Sou juíza há 23 anos e meus filhos já estão criados, o que, nesse aspecto, diminui as minhas obrigações familiares. Portanto, tenho mais disponibilidade de tempo para me dedicar às questões da Magistratura e da direção do foro. É muito mais difícil para uma mulher desenvolver todas as suas atividades em comparação aos homens, pois, geralmente, suas esposas assumem a maioria das atividades da casa. Isso os possibilita ter mais tempo para o trabalho.

Como tem sido a aceitação da gestão de uma magistrada?

Sempre brinco que para acreditarem na competência feminina precisamos ser melhores do que os homens. Essa é uma realidade que sentimos desde o ingresso na Magistratura. Isso, obviamente, tem melhorado. Falando especificamente da Comarca de Uberlândia, tenho sido muito feliz durante todo esse período da minha administração, pois juízes e juízas são muito colaborativos. Vivemos uma fase de muita harmonia. Procuro dar um tratamento

isonômico a todos os magistrados, eles entendem as limitações do cargo e acabam me ajudando a encontrar maneiras de superar os problemas que enfrentamos.

Há diferenciação de gênero no Judiciário?

Se eu disser que não há diferenciação entre homens e mulheres estarei mentindo. Até porque, sob minha ótica, o Judiciário ainda tem muitos resquícios patriarcais, guarda resíduos do machismo. Isso diminuiu muito. Considerando o Judiciário do período em que ingressei na Magistratura e o da atualidade, hoje os magistrados são muito mais abertos no relacionamento com as juízas. Por sua vez, as mulheres têm colocado as dificuldades enfrentadas com clareza, possibilitando que a instituição como um todo seja aperfeiçoada e supere essas questões.

A gestão feminina no foro reflete a presença das mulheres no Judiciário?

Essa presença pode ser notada não só na direção do Foro, mas também em pontos estratégicos do Judiciário. Hoje, por exemplo, nós temos juízas auxiliando o presidente do Tribunal. Tudo mudou muito. Até mesmo o número de juízes que hoje integram o quadro do Poder Judiciário de Minas Gerais. Quando comecei, nós éramos em número muito menor.

Como é feita a indicação para a direção do foro?

Em Uberlândia, os juízes entram em consenso sobre qual magistrado indicar à Corregedoria Geral de Justiça para a direção do Foro. Me candidatei e contei com a aprovação dos colegas que levaram essa sugestão para a Corregedoria. Assim assumi a direção do foro.

“As mulheres têm colocado as dificuldades enfrentadas com clareza, possibilitando que a instituição como um todo seja aperfeiçoada e supere essas questões (diferenças de gênero)”

Escritório do TJMG é posto estratégico do Judiciário mineiro em Brasília

O TJMG inaugurou, no dia 16 de fevereiro, seu escritório de representação em Brasília, fixando um marco na história do Judiciário Mineiro. O órgão cumpre função estratégica na realização de parcerias, desenvolvimento de projetos, e fortalece a interlocução com as Cortes Superiores, o CNJ e o Congresso Nacional.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, e o vice-presidente de Saúde da Associação, juiz Jair Francisco dos Santos, participaram da cerimônia de inauguração, que contou com expressiva participação de magistrados mineiros e representantes dos três Poderes.

RIVA MOREIRA/TJMG



Gilson Lemes afirmou que o Tribunal contribuirá ainda mais com o País

Ao inaugurar o espaço, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Soares Lemes, em referência ao presidente Juscelino Kubitschek, ressaltou que Brasília é o cen-

tro das decisões políticas do Brasil. Disse também que o Tribunal mineiro terá ainda mais condições de contribuir com o País a partir da inauguração do órgão.

O Escritório de Representação do TJMG está localizado na Asa Norte, próximo ao Eixo Monumental, no Plano Piloto, ponto de acesso à Praça dos Três Poderes.

Magistrados entram em exercício no TJMG

Os juízes Marco Antônio de Melo, Roberto Apolinário de Castro, Paulo Rogério Abrantes e Evaldo Elias Penna Gavazza passaram a compor, no dia 24 de fevereiro, a 18ª Câmara Cível, 13ª Câmara Cível, 8ª Câmara Cível e 5ª Câmara Criminal, respectivamente.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, participou da solenidade de assinatura do termo de entrada em exercício, e destacou que os juízes convocados são magistrados bastante competentes e engrandecem o trabalho desenvolvido no TJMG.

Ao receber os magistrados, o presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, disse que os juízes agregarão novos valores e conceitos ao Tribunal e realizarão um trabalho profícuo em suas câmaras.

Os desembargadores Tiago Pinto, 2º vice-presidente e superintendente da Ejef, Newton Teixeira Carvalho, 3º vice-

AMAGIS



Presidente da Amagis afirmou que os magistrados engrandecerão o TJ

-presidente, e o José Arthur Filho, superintendente administrativo adjunto do TJMG, participaram da cerimônia.

VITALICIAMENTO

A Diretoria da Associação manifestou, no dia 8 de fevereiro, sua satisfação

pelo vitaliciamento de 26 juízes e juízas substitutos. Na saudação aos magistrados, a Diretoria destacou a importância dessa etapa da carreira, na qual é conquistado o mecanismo de garantia de independência dos juízes em benefício da própria sociedade.

TJMG tem índices acima de 100% em metas do CNJ

O TJMG alcançou índices acima de 100% no cumprimento de oito das dez metas do CNJ, estabelecidas para 2021, à Justiça Estadual. Com esse desempenho, o Tribunal cumpriu o compromisso firmado anualmente pela melhoria da prestação jurisdicional.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende de Santos, cumprimentou a Magistratura mineira pelos resultados inéditos. “Os magistrados e servidores do nosso TJMG são comprometidos com a missão de fazer justiça e promover a paz social. Estão de parabéns e merecem todo nosso reconhecimento”, afirmou.

Os índices acima de 100% foram alcançados nas metas

referentes ao julgamento de mais processos em comparação aos distribuídos, julgamento de processos mais antigos, processos relativos a crimes contra administração pública, redução taxa de congestionamento, julgamento de ações coletivas, processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica, ações ambientais e promoção da desjudicialização de litígios voltadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

CULTURA DA PAZ

Em outra iniciativa que reconhece o compromisso social do Judiciário, o Prêmio Cultura da Paz 2021, concedido pela Ordem dos Advogados do

ERIC BEZERRA/TJMG



TJ atua por melhorias na prestação jurisdicional

Brasil – seção Rio de Janeiro (OAB/RJ), três ações do TJMG tiveram o mérito reconhecido.

Foram premiados os programas Paternidade para Todos,

Nós e Conciliação em Domicílio. O presidente Luiz Carlos destacou a capacidade do Tribunal em promover inovações em busca da pacificação social.

MONTES CLAROS

O diretor subsecretário da Amagis, juiz Evandro Cangussu, representou a Associação durante encontro entre o corregedor-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, no dia 24 de fevereiro, e juizes da Comarca de Montes Claros (Norte de Minas). O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, saudou o corregedor por visitar todas as regiões de Minas, demonstrando sua preocupação com os trabalhos e a rotina dos juizes.



A partir de agora, os associados podem enviar mensagens para Ouvidoria da Amagis também pelo WhatsApp, no número: (31) 99749-1502.

Ouvidoria da Amagis recebe mensagens também pelo WhatsApp

Se preferir, entre em contato através do e-mail ouvidoriadaamagis@amagis.com.br ou pelo telefone (31)3079-3499.



NOVOS RUMOS

Apac de Santa Luzia forma contadores de história

A Apac de Santa Luzia (Grande BH) diplomou, no dia 7 de janeiro, 40 recuperandos que participaram do curso de Formação de Contadores de Histórias, promovido pela Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e pelo Programa Novos Rumos do TJMG. Na ocasião, foi lançado o livro “Caminhos e Contos: a ressocialização pela palavra”.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, coordenador Executivo do Programa Novos Rumos e juiz cooperador da Vara de Execução Penal de Santa Luzia, disse que o trabalho das Apacs, coletivo e solidário, terá o apoio permanente da Associação. “A Apac sempre será coletiva. Como na vida”, comentou.

Ao cumprimentar os formandos, o presidente da Amagis ressaltou que “não tinha a menor dúvida de que dali sairiam tantos vocacionados. Hoje, sei que vocês terão condições de multiplicar o que aprenderam. A informação liberta”, afirmou.

AMAGIS



Luiz Carlos destacou que formandos multiplicarão o aprendizado

Segundo o coordenador-geral do Programa Novos Rumos, desembargador Antônio Armando dos Anjos, a literatura, as artes, podem contribuir com a reinserção social dos apenados. “A arte e a educação unidas nessa empreitada permitiram a vocês refletirem sobre a própria vida, por meio da identificação com personagens dos contos literários, além de contribuir com o incentivo à leitura e a busca por um futuro melhor, por meio dos estudos. Esperamos que tudo isso contribua para a ressociali-

zação”, ponderou.

De acordo com o segundo vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Tiago Pinto, o objetivo da Escola é transformar o projeto em um método de ressignificação de vida. “Sabemos que vocês viveram tempos de turbulências e, em um momento da vida, se viram em uma encruzilhada que os conduziram ao cárcere. Como disse Dom Quixote: Não há mal ou tempestade que dure para sempre!”, apontou.

TJ debate audiências concentradas no sistema socioeducativo

A Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) e o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e Socioeducativo (GMF), ambos do TJMG, promoveram, no dia 4 de fevereiro, o curso “Audiências Concentradas e Central de Vagas no Sistema Socioeducativo Mineiro”. O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, participou da solenidade de abertura realizada no auditório da Corregedoria-Geral de Justiça.

O 1º vice-presidente do TJMG, desembargador José Flávio de Almeida, que represen-

tou o presidente do Tribunal, desembargador Gilson Soares Lemes, ressaltou que a temática do curso e a responsabilidade dos integrantes do Judiciário de atuar na proteção, no cuidado e na recuperação de menores em conflito com a lei.

Para a superintendente da Coordenadoria da Infância e da Juventude (Coinj) do TJMG, desembargadora Valéria Rodrigues Queiroz, o juiz precisa ampliar seu leque de formação na área humana para poder transformar os adolescentes em conflito com a lei e fazer com que eles se reconheçam como sujeitos de direitos.

IZABELA MACHADO



TJMG atua pelo aperfeiçoamento do sistema socioeducativo

Segundo o supervisor do GMF, desembargador Júlio Cezar Guttierrez Vieira Baptista, as audiências concentradas terão em seu seio instituições que atenderão plenamente o adolescente, de modo que seja facilitada a aplicação das regras do Estatuto da Criança e do Adolescente.

O corregedor-geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, desembargador Agostinho Gomes de Azevedo, disse que a Corregedoria está empenhada e pronta a participar de todos os atos normativos, ajudando a construir um sistema socioeducativo melhor para os jurisdicionados, apenados e educandos.

CURADORIA



JUÍZA
LUCIMEIRE ROCHA



JUÍZA
LETÍCIA DRUMOND

FILME

O Pequeno Órfão

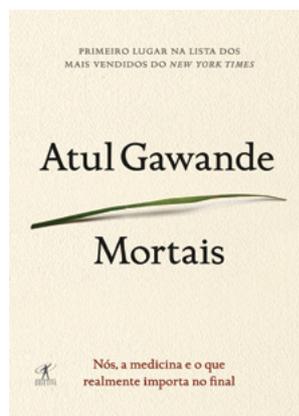
"Filme maravilhoso para ser visto em família. São as aventuras do órfão Rémi, que foi acolhido pela gentil Madame Barberin. Aos 10 anos, ele é arrebatado de sua mãe adotiva e confiado ao senhor Vitalis, um misterioso músico itinerante. A obra trata de virtudes tão caras e raras na sociedade moderna como amizade sincera, resiliência, lealdade e companheirismo. O Pequeno Órfão foi produzido na França, em 2018, e dirigido por Antoine Blossier. O filme é estrelado por Daniel Auteuil, Maleaume Paquin, Virginie Ledoyen. A obra está disponível na Prime Video (Amazon), Youtube e Globo play."



LIVRO

Mortais

"O livro Mortais de Atul Gawande aborda a morte e o envelhecimento, confrontando-os com a evolução da medicina. O escritor é um médico cirurgião, que se vê despreparado para a morte quando percebe a fragilidade do pai. Nesse espírito, há busca pela compreensão de como deve ser o prolongamento da vida, ou melhor, o prolongamento da qualidade de vida, traçando os limites, nem sempre visíveis, da ciência. Com essa leitura, foi possível desenvolver recursos internos para aceitação da finitude de nossa existência e dos que tanto amamos."



Extremamente brasileiro

TIAGO PARRELA

O compositor Edu Lobo gravou, em 1978, o disco Camaleão, já figurado como um dos mais importantes compositores de sua geração, sendo ainda responsável por toda a direção musical e dos arranjos do álbum.

Um trabalho que foi considerado extremamente brasileiro, contando com a primeira gravação com letra de "O trenzinho do caipira" (com poema de Ferreira Gullar na clássica música do maestro Heitor Villa-Lobos). O disco é ainda composto pela parceria de Edu com o poeta mineiro Cacaso, que assina seis gravações no disco (Lero-lero; Coração noturno; Canudos; Descompasso; Sanha de mandinga e Branca Dias).

A faixa-título 'Camaleão' é um tema instrumental gravado do compositor Fernando Leporace. Gravou ainda, da parceria com Gianfrancesco Guarnieri (com quem compôs ainda 'Upa, neguinho' e outros sucessos), "Memórias de Marta Saré".

Edu Lobo é um compositor brasileiro que gravou excelentes discos em quase cinco décadas de atividade.

O SALTO DE ALCEU VALENÇA

Em seu quinto álbum solo, Alceu Valença registrou no álbum um dos momentos em que quis se tonar artista e compositor. "Tornei-me cantor por causa disso, olhar o astronauta pela televisão no refeitório da universidade, dando aqueles pulos em câmera lenta, foi o que me fez artista, me fez querer expressar de qualquer maneira", relatou o músico no disco Cinco Sentidos, quando cursava Direito e participava de um programa de intercâmbio em Harvard, Estados Unidos. A fagulha veio ao presenciar a imagem do astronauta Neil Armstrong pisando na lua.

Alceu ainda registrou que Cinco Sentidos é um de seus trabalhos com o caráter mais poético que produziu, inspirado na infância em São Bento do Una, Garanhuns e Recife. "Aqui está a gênese de sua vivência musical e literária - o sabor das frutas da terra, o gosto do mel, o aboio dos vaqueiros, o som de Luiz Gonzaga, as vozes do rádio, o cheiro do jasmim - são sensações absolutamente verdadeiras e poéticas de um garoto delirante", relatou.

Amagis e IHGMG dão início aos debates sobre o modernismo

As atividades que serão desenvolvidas pela Amagis e o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), em comemoração aos 100 anos da Semana de Arte Moderna, tiveram início no dia 12 de fevereiro, com a assinatura de convênio entre as instituições e a palestra “Encontros sobre a Semana de 1922, o Modernismo e os Mineiros – Os Modernistas na Terra do Ouro”, proferida pelo prefeito de Ouro Preto, Angelo Oswaldo.

Na abertura do encontro, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, falou sobre a satisfação da Associação em acolher debate de grande importância para a cultura nacional. “Essa também é uma casa em que pulsa história e cultura”, afirmou.

O presidente do IHGMG, coronel Paulo Duarte Pereira, ressaltou a importância do convênio firmado entre as instituições e agradeceu à Amagis pelo apoio na realização da palestra inaugural. “O convênio firmado com a Amagis certamente será de vital importância para a trajetória de nossa história”, comentou.

PALESTRA

Coube ao desembargador Bruno Terra, ex-presidente da Amagis e membro do IHGMG, apresentar o palestrante e o tema abordado. Segundo o magistrado, o movimento de 1922 foi o responsável por trazer sentido à identidade nacional.

Em sua palestra, o prefeito Angelo Oswaldo observou que, no início da década de

AMAGIS



Amagis e IHGMG assinaram convênio para a realização de atividades culturais

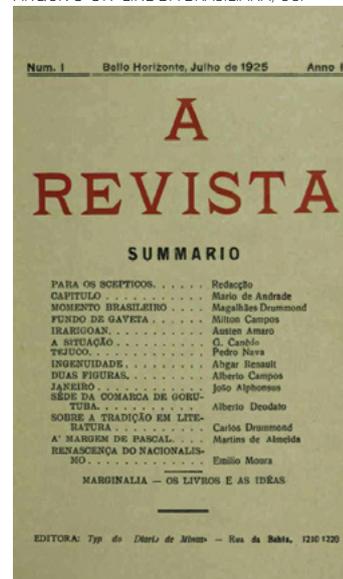
1910, o Brasil vivia um período de efervescência cultural culminando na Semana de Arte Moderna de 1922 e dando início a um movimento artístico capaz de dar nova dinâmica à cultura brasileira. Um dos reflexos da Semana de 22, de acordo com Angelo Oswaldo, foi a criação da “A Revista”, em 1925, sob a liderança do poeta Carlos Drummond de Andrade (*sai ba mais ao lado*).

Na avaliação de Angelo Oswaldo, a Semana continua até hoje a provocar consequências positivas na cultura nacional por ter sido, a partir dela, que passamos a buscar as raízes de nossa cultura e a entender que ela não é importada e nasce do que aqui se planta. “Uma colheita de todas as safras e mistura de todas as vertentes foi o que movimento de 22 nos ensinou”, afirmou.

MINAS NO MODERNISMO

Reprodução da capa da 1ª edição de A Revista, lançada em julho de 1925, em Belo Horizonte. Primeira publicação modernista de Minas Gerais, dirigida por Carlos Drummond de Andrade e Francisco Martins de Almeida. Os redatores eram Emilio Moura e Gregoriano Canelo. Entre seus colaboradores, estavam Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, Mário de Andrade, João Alphonso, Abgar

ARQUIVO ON-LINE DA BRASILIANA/USP



Renault e Pedro Nava. A Revista teve apenas três edições (julho e agosto de 1925, e janeiro de 1926).

AMAGIS EM IMAGENS



Magistrados mineiros na inauguração do escritório de representação do TJMG em Brasília



Solenidade na Apac de Santa Luzia

CECÍLIA PEDERZOLLI/TJMG



Luiz Carlos discute políticas sobre drogas com Aloísio Freitas



Magistrados no lançamento do Uai-Lab do TJ



Inauguração do Fórum de São Romão (Norte)

COMUNICAÇÃO



2013

Em novembro de 2002, o jornal DECISÃO publicou uma entrevista com a magistrada Branca Rennó, primeira desembargadora do TJMG.



2017

Em fevereiro de 2015, o jornal destacou a interinidade da então juíza Luzia Peixoto na Presidência da Amagis. Primeira mulher no cargo.



AUDIÊNCIA NACIONAL

Amagis e TV Justiça renovam parceria para exibição de programas

IZABELA MACHADO



Pensamento Jurídico terá programação especial no mês da mulher

Os programas Pensamento Jurídico e Via Justiça, produzidos pelo Departamento de Comunicação da Amagis, voltaram a ser exibidos na TV Justiça, canal de televisão do STF criado na Presidência do ministro Marco Aurélio de Mello.

A parceria confere audiência nacional aos programas de TV da Associação, ampliando o raio de alcance dos debates promovidos semanalmente, que abordam temas de interesse da sociedade sob o aspecto jurídico. Os programas foram criados na gestão do desembargador Doorgal Andrada, que presidiu a Amagis no biênio 2002/2003.

O episódio de estreia do Pensamento Jurídico na TV Justiça foi sobre as ouvidorias, com a participação do juiz Auro Aparecido Maia de Andrade, ouvidor da

Amagis. Em março, o Pensamento Jurídico veiculará uma série de entrevistas com magistradas mineiras, em comemoração do Mês da Mulher. O Pensamento Jurídico é apresentado pelo jornalista Orion Teixeira.

O Via Justiça é apresentado pelo jornalista Carlo Menezes e produzido pela Amagis em parceria com a TV Assembleia, emissora da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG). Em sua estreia na TV Justiça, o programa abordou o direito do consumidor no transporte aéreo, com a participação do juiz Paulo Barone, do Juizado Especial Cível de Belo Horizonte, e o coordenador do Procon da ALMG, Marcelo Barbosa.

Os programas também podem ser vistos no canal da Associação no YouTube e no site da amagis.com.br.

PROGRAMAÇÃO

TV Justiça em todo o Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

TV Justiça em Belo Horizonte:

Net (7), Oi (6 e 901)

Canais da TV Assembleia:

Net e Oi TV (11), Sinal aberto digital (61,2) e analógico UHF (35)

Horários do Via Justiça:

quarta-feira, às 9h30 (inédito), domingo às 21h e terça às 4h (reprises)

Horários do Pensamento Jurídico:

terça-feira, às 21h (inédito), quinta-feira, às 13h e domingo, às 4h30 (reprises)

EU LEIO O DECISÃO

A leitura do jornal DECISÃO é quase obrigatória e a fazemos automaticamente. É uma maneira de nos irmarmos com outros magistrados e magistradas num único instrumento de comunicação. No jornal, a Amagis fala para todos nós e, quando ela fala por meio do DECISÃO, abrange toda a Magistratura mineira, todos os associados, fazendo com que sintamos nossa voz nesse instrumento de comunicação.



Juiz Auro Aparecido Maia de Andrade
Ouvidor da Amagis

Diretoria busca inovações em parceria com o Instituto Orizonti

DIVULGAÇÃO



Diretoria da Amagis durante visita às instalações do Instituto Orizonti

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, e o diretor de Saúde, desembargador Edison Feital Leite, reuniram-se, no dia 18 de fevereiro, com o diretor-presidente do Instituto Orizonti, Roberto Porto Fonseca, para conversar sobre a parceria com o hospital.

De acordo com o presidente Luiz Carlos, além de trabalhar permanentemente pela ampliação da rede de credenciados oferecida aos magistrados e seus familiares, as diretorias da Amagis e Amagis

Saúde estudam formas de incrementar e promover inovações com os prestadores de serviços já credenciados ao plano.

O Instituto Orizonti conta com médicos que atuam em mais de 50 especialidades, realiza uma série de exames, e mantém o Instituto de Ensino, Pesquisa e Inovação (Iepi), que conta com um centro de estudos e simulações nas áreas de terapia intensiva, bloco cirúrgico, laboratórios de treinamento e desenvolvimento para a formação profissional, possibilitando ao hospital inovar.

DICAS DA AMAGIS SAÚDE

O que é a oxigenoterapia domiciliar?

É um tratamento cujo objetivo é manter as taxas de oxigênio acima de 90% no corpo. Essa é a quantidade ideal para o organismo funcionar normalmente.

Quando é recomendado?

Em casos nos quais pacientes com doenças respiratórias crônicas precisam de suplementação diária de oxigênio.

É reembolsável?

A Amagis Saúde oferece reembolso de locação de oxigênio domiciliar (concentrador e/ou cilindro), limitado a 75% do valor das despesas pagas pelo associado.

Dúvidas?

Entre em contato com o setor de reembolso da Amagis pelo telefone (31) 3079-3482 ou pelo e-mail reembolso@amagis.com.br.

Como solicitar o reembolso?

O associado deve encaminhar, para a Amagis Saúde, requerimento assinado pelo titular com as seguintes informações: pedido médico contendo a justificativa, nota fiscal ou recibo, tempo de uso diário, método terapêutico usado, fluxo de oxigênio e informar dados bancários.

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE
LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE
Jair Francisco dos Santos

DIRETOR DE SAÚDE
Edison Feital Leite

DIRETORA FINANCEIRA
Flávia Birchal de Moura

CONSELHO GESTOR:
SEGUNDA INSTÂNCIA
Edison Feital Leite
Marco Aurélio Ferezini
Suplentes
Valéria Rodrigues Queiroz
Guilherme Azeredo Passos

JUÍZES DA CAPITAL
Flávia Birchal de Moura
Renato Luiz Faraco
Suplentes
Clayton Rosa de Resende
Cláudia Aparecida Coimbra Alves

JUÍZES DO INTERIOR
Elexander Camargos Diniz
Josselma Lopes da Silva Lages
Suplentes
Fabiano Garcia Veronez
Marcelo Carlos Cândido

APOSENTADOS
Ana Maria de Oliveira Froes
José Nicolau Masselli

SUPLENTES
Maura Angélica Ferreira
José Maria dos Reis

OUIDORA DO AMAGIS SAÚDE
Auro Aparecido Maia de Andrade

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Bruno Gontijo
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634
Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO
Agência Graffo

DIAGRAMAÇÃO
Publicare Design

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO
Gráfica e Editora Del Rey

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Prevenção da saúde feminina começa na infância e juventude

Em sua maioria, os debates sobre a saúde feminina geralmente estão centrados em temas como a fertilidade, menopausa e o câncer de mama. Sem deixar de lado a importância dessas questões, o endocrinologista Ângelo Ricardo Coutinho, do programa Amor à Vida, da Amagis Saúde, observa que os cuidados com a saúde da mulher devem começar na infância e na juventude.

De acordo com médico, uma boa alimentação pode retardar ou até mesmo alterar o surgimento de doenças crônicas preestabelecidas no material genético de cada indivíduo. Para o especialista, o desenvolvimento de hábitos saudáveis está relacionado a bons exemplos. “A família brasileira precisa ensinar a seus filhos a comer mais verduras e frutas. Criar rotinas e fazer regularmente as três refeições principais sem substituir alimentos saudáveis por processados”, recomendou.

Segundo Coutinho, hoje, a medicina vive momento muito diferente, deixando de se basear na evidência para se fundamentar na precisão genética. No entanto, para ele, nada substitui a prevenção. E é justamente na fase adulta que os cuidados com a saúde da mulher podem ser prejudicados.

Na avaliação do endocrinologista, nessa fase da vida ao conciliar cuidados com os familiares, trabalho e busca



de qualificação e reconhecimento profissional, as mulheres, muitas vezes, passam a ter uma vida sedentária.

Coutinho alerta que, sem tempo para cuidar da saúde, surge a síndrome metabólica, uma série de anormalidades como hipertensão arterial, dislipidemia (gordura no sangue) e resistência insulínica. “A fase adulta contempla o momento da vida no qual a prevenção é mais importante do que o tratamento, pois as alterações glandulares e vasculares podem ser estabilizadas

ou até mesmo recuperadas”, alertou.

O endocrinologista chamou a atenção para o fato de que é importante garantir um período de descanso tanto para o corpo quanto a mente, contribuindo para a prevenção de doenças como diabetes, obesidade, hipertensão, AVC e o infarto.

O especialista ponderou que, na velhice, período no qual os órgãos começam a perder células e reduzir funções, os hábitos de vida saudáveis adquiridos ao longo da vida podem ajudar

a evitar uma série de problemas na saúde.

Para o médico, as associadas da Amagis Saúde têm um grande aliado com o programa Amor à Vida, pois, de acordo com ele, o projeto atua no diagnóstico precoce de doenças crônicas, que podem ter grande impacto na vida das pessoas.

A marcação de atendimento no programa pode ser feita pelo telefone (31) 3079-3472, número de WhatsApp (31) 9998-3177 ou pelo e-mail margarete@amagis.com.br.

“A fase adulta contempla o momento da vida no qual a prevenção é mais importante do que o tratamento, pois as alterações glandulares e vasculares podem ser estabilizadas ou até mesmo recuperadas”

“A família brasileira precisa ensinar a seus filhos a comer mais verduras e frutas. Criar rotinas e fazer regularmente as três refeições principais sem substituir alimentos saudáveis por processados”

Ângelo Coutinho

Endocrinologista do Amor à Vida

BOLETIM COVID



Ajude a diminuir o medo das crianças em tomar vacina

O Instituto Butantan formulou cinco dicas aos adultos, que podem ser úteis para reduzir o medo das crianças na hora de tomar a vacina. Veja abaixo e prepare seu filho para a imunização contra a Covid-19.

Fale de vacinas no dia a dia; não só na data da aplicação
Converse com as crianças sobre a importância das vacinas, dê exemplos de como elas estão protegendo pessoas na pandemia e fale sobre seus benefícios.

Não demonstre pena da criança que vai tomar vacina
Pode parecer empático, mas falar “coitadinho”, “seja forte” ou “é difícil, mas você precisa tomar” cria mais a sensação de medo do que de aceitação. Em vez disso, trate o ato de vacinar com naturalidade e acolha a dor física e emocional da criança com palavras amorosas, com um abraço e depois siga em frente com outros assuntos do dia a dia.

Não associe a vacina com uma punição
Evite dizer que vai levar a criança para tomar vacina a cada vez que ela contrariar um adulto, como forma de castigo. Por exemplo: “vai tomar injeção se não comer tudo”. Falas como essas

associam as vacinas a punições e só aumentam o medo da criança.

Esteja ao lado da criança quando ela for se vacinar
Crianças tendem a ficar mais calmas quando cuidadores estão próximas delas durante a vacinação, dando suporte, colo, secando as lágrimas, olhando nos olhos. As menores ficam mais relaxadas se sentadas no colo do cuidador do que sozinhas na cadeira, e bebês também se acalmam ao serem amamentados pelas mães durante a aplicação, pois tanto a sucção da mama, quanto o leite materno relaxam.

Distraia a criança durante a vacinação
Distrair a criança com brinquedos, vídeos, algum objeto com música, que prenda a atenção da criança é uma técnica que traz resultado e evita que a criança fique assustada.

Fonte: Instituto Butantan

BOLETINS

CLIQUE NO BOTÃO AO LADO E
ACESSE TODOS OS BOLETINS
COVID-19 DA AMAGIS SAÚDE.

EQUILÍBRIO E HARMONIA

Acúmulo de tarefas e autocobrança afetam saúde mental das mulheres

PIXABAY



Na última metade do Século XX, as transformações sociais, como o uso da pílula anticoncepcional, possibilitaram que as mulheres conquistassem autonomia e passassem a determinar suas escolhas de vida.

Na avaliação do médico psiquiatra Octavio Maia Saliba, do programa Amor à Vida, da Amagis Saúde, antes dessas mudanças, a saúde mental da mulher era relacionada com seu potencial reprodutivo, à vida doméstica e a criação dos filhos.

No entanto, Saliba observou que, ao avançar nos estudos e no mercado de trabalho, as mulheres não puderam renunciar à responsabilidade da criação dos filhos e administração do lar. “Elas acumularam tarefas, refletindo em condições propícias para o adoecimento emocional”, apontou.

O especialista avaliou que, mesmo com os avanços, as mulheres ainda vivem situações inadequadas no seu ambiente de trabalho, como desrespeito, preconceito, assédios, diferenças salariais e mais comportamentos fruto de uma cultura machista.

Para o psiquiatra, a mulher contemporânea é polivalente e independente. No entanto, de acordo com ele, sente-se culpada por não estar mais presente na vida dos filhos e por não conseguir dedicar-se inteiramente ao seu trabalho, realizado num mercado cada vez exigente e competitivo.

“O conflito emocional é permanente. Não é o fato de trabalhar fora que prejudica a mulher. Sim, a postura de culpa que ela assume quando volta ao lar”, afirmou.

Segundo Saliba, em linhas gerais, a saúde mental pode ser considerada um estado dinâmico de equilíbrio interno que permite às pessoas usarem suas habilidades em harmonia com os valores universais da sociedade.

O especialista esclareceu que, para uma saúde mental adequada, as necessidades básicas de qualquer pessoa devem ser respeitadas. “As mulheres precisam ter o tempo necessário para o sono, lazer, condições seguras e adequadas no seu local de trabalho e domicílio, sem pressão excessiva, respeitando a sua condição de mulher”, alertou.



ALERTAS EMOCIONAIS

- Insônia persistente ou hipersonia, pesadelos frequentes, trocar o dia pela noite
- Irritabilidade excessiva, ansiedade, reações de pânico, alterações bruscas de humor, angústia, permanecer inquieta ou em alerta, ficar apreensiva todo o tempo, medo e tricotilomania (arrancar os cabelos)
- Tendência ao isolamento ou choro frequente, preocupação excessiva, tristeza duradoura, desânimo, apatia, desinteresse ou incapacidade de sentir alegria ou prazer, dificuldade em executar as tarefas habituais
- Alteração no padrão alimentar, ganho de peso, compulsão alimentar, perda do apetite
- Aumento da frequência e da quantidade do consumo de álcool, tabaco ou drogas (incluindo fármacos)
- Dores de cabeça frequentes, dor ou tensão muscular excessiva
- Automutilação, ideação suicida